Associação Saúde da Família

CNPJ/MF nº 68.311.216/0001-01

Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/2018 e 2017 (Valores expressos em reais)

Balanços Patrimoniais	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo/Circulante		**206.301.870**	**100.431.728**
Caixa e equivalentes de caixa	4	122.546.965	75.482.786
Recursos a receber	5	67.936.413	18.784.700
Adiantamentos	6	15.241.283	5.406.377
Ativos com operação descontinuada	1.1	–	373.900
Outros		577.209	383.965
Não circulante		**55.099.276**	**125.672.587**
Depósitos judiciais	7	50.604.501	120.014.936
Imobilizado	8	4.173.121	5.040.176
Intangível	9	321.654	617.475
Total do ativo		**261.401.146**	**226.104.315**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Patrimônio social	Superávit/ (Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31/12/2016	**58.075.037**	**19.188.193**	**77.263.230**
Transferência do superávit do exercício anterior	19.188.193	(19.188.193)	–
Superávit do exercício	–	7.147.532	**7.147.532**
Saldos em 31/12/2017	**77.263.230**	**7.147.532**	**84.410.762**
Transferência do superávit do exercício anterior	7.147.532	(7.147.532)	–
Superávit do exercício		8.613.232	**8.613.232**
Saldos em 31/12/2018	**84.410.762**	**8.613.232**	**93.023.994**

Balanços Patrimoniais	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		**105.341.935**	**99.559.654**
Fornecedores		870.824	1.325.714
Salários a pagar	10	85.736.735	79.856.702
Encargos sociais a pagar	11	18.734.376	17.221.007
Passivos com operação descontinuada	1.1	–	1.156.231
Não circulante		**63.035.217**	**42.133.899**
Outras provisões		1.728.248	–
Provisão para riscos fiscais	12	33.303.478	26.305.158
Provisão para demandas judiciais	12	24.407.207	11.393.657
Remessas para investimentos	8	3.596.284	4.435.084
Patrimônio líquido		**93.023.994**	**84.410.762**
Patrimônio social	13	84.410.762	77.263.230
Superávit do exercício	13	8.613.232	7.147.532
Total do passivo e do patrimônio líquido		**261.401.146**	**226.104.315**

Demonstrações do Resultado	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receitas operacional		**885.118.143**	**811.906.617**
Repasses de contratos de gestão e convênio	15	769.247.218	686.469.838
Receitas financeiras		8.613.515	9.391.614
Outras receitas		2.193.461	1.469.259
Gratuidades Concedidas		722.300	575.275
Repasse para investimento realizado	8	838.800	720.469
Subvenções governamentais	18	103.502.849	113.280.162
Despesas operacionais		**(877.588.697)**	**(801.840.491)**
Despesas com pessoal	16	(648.322.307)	(608.212.841)
Despesas gerais	17	(122.482.264)	(77.208.895)
Despesas com depreciação e amortização	8	(795.840)	(406.196)
Despesa com depreciação bens públicos	8	(943.726)	(991.517)
Despesas financeiras		(1.541.711)	(1.740.880)
Subvenções governamentais	18	(103.502.849)	(113.280.162)
Superávit do exercício antes do resultado com operação descontinuada		**7.529.446**	**10.066.126**
Superávit (Déficit) com operação descontinuada	1.1	1.083.786	(2.918.594)
Superávit (Déficit) do exercício		**8.613.232**	**7.147.532**

Demonstrações do Resultado Abrangente	31/12/2018	31/12/2017
Superávit do exercício	8.613.232	7.147.532
Total do resultado abrangente do exercício	**8.613.232**	**7.147.532**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**8.613.232**	**7.147.532**
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	795.840	406.197
Constituição (Reversão) de provisão para demandas judiciais	13.013.550	1.746.457
Provisão de férias	52.538.545	51.979.660
Atualização da provisão para riscos fiscais	1.626.870	1.740.967
Atualização dos depósitos judiciais	(2.249.988)	(6.236.202)
Provisão de honorários advocatícios	1.728.248	–
Baixa do contas a receber (incobrável)	15.055.268	–
Provisão para riscos fiscais	5.371.450	5.066.635
	96.493.015	**61.851.246**
Contas de ativo e passivo		
(Aumento)/Diminuição em recursos a receber	(64.206.981)	36.860.789
(Aumento)/Diminuição em outros ativos	(10.028.150)	756.256
(Aumento)/Diminuição em depósitos judiciais	71.660.423	(5.066.635)
Aumento/(Diminuição) em fornecedores	(454.890)	(497.050)
Aumento/(Diminuição) em salários e encargos sociais	(45.145.143)	(42.083.882)
Aumento/(Diminuição) em operação descontinuada	(782.331)	782.331
Caixa líquido das atividades operacionais	**47.535.943**	**52.603.055**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição e baixa de bens próprios e públicos	(471.765)	(91.164)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(471.765)**	**(91.164)**
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	**47.064.178**	**52.511.891**
Aumento/(redução) líquido de caixa		
Caixa no início do período	75.482.786	22.970.894
Caixa no final do período	122.546.965	75.482.786
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	**47.064.178**	**52.511.891**

Notas Explicativas

1. Contexto operacional: A Associação Saúde da Família ("Entidade" ou "Associação"), constituída em 8/10/1992, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e tem como objetivo principal a elevação da qualidade de vida humana através da promoção de atividades científicas, filantrópicas, educacionais e/ou literárias na área de saúde pública no Brasil. Tratando-se de uma Entidade filantrópica, a Associação está isenta do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos termos do Artigo 15 e Parágrafos da Lei nº 9.532/97 (alterado pela Lei nº 13.151/15) e do Artigo 174 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR), desde que atenda aos requisitos contidos na Lei nº 9.790/99, a saber: • Não remunerar, por nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da Entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; • Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais; • Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; • Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal. **Contratos de Gestão:** O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de Araçatuba sob nº 002/2014, iniciou suas atividades em abril de 2014 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31/12/2018, possuía 6 tipos de serviços cadastrados em 18 unidades, no total de 394 funcionários. Para o exercício de 2019, está previsto um repasse de aproximadamente R$ 23.941 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R$ 1.995 mil; • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo sob nº 001/2014 - Parelheiro iniciou suas atividades em outubro de 2014 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31/12/2018, possuía 14 tipos de serviços cadastrados em 26 unidades, no total de 1.229 funcionários. Para o exercício de 2019, está previsto um repasse de aproximadamente R$ 118.440 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R$ 9.870 mil; • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 002/2014 - Capela do Socorro iniciou suas atividades em outubro de 2014 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31/12/2018, possuía 20 tipos de serviços cadastrados em 45 unidades, no total de 2.690 funcionários. Para o exercício de 2019, está previsto um repasse de aproximadamente R$ 240.559 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R$ 20.046 mil; • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 007/2015 - Lapa, iniciou suas atividades em maio de 2015 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31/12/2018, possuía 12 tipos de serviços cadastrados em 21 unidades, no total de 1.197 funcionários. Para o exercício de 2019, e está previsto um repasse de aproximadamente R$ 120.860 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R$ 9.946 mil; • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 016/2015 - Pinheiros iniciou suas atividades em julho de 2015 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31/12/2018, possuía 10 tipos de serviços cadastrados em 11 unidades, no total de 274 funcionários. Para o exercício de 2019, e está previsto um repasse de aproximadamente R$ 22.666 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R$1.888 mil; • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 018/2015 - Norte iniciou em julho de 2015 com prazo de vigência de 60 meses. Em 31/12/2018, possuía 15 tipos de serviços cadastrados em 55 unidades, no total de 3.102 funcionários. Para o exercício de 2019 está previsto um repasse de aproximadamente R$266.862 mil com repasse mensal previsto de aproximadamente R$22.238 mil. **1.1 Operação descontinuada:** Em março de 2018 encerrou o convênio 030/2008 - SMSSP, e foi repassado para outro parceiro da SMS-SP. A seguir, demonstramos os ativos, passivos e resultado do exercício com a respectiva operação descontinuada:

Balanço Patrimonial	31/12/2018
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	–
Ativos com operações descontinuadas	–
Passivo circulante	
Fornecedores	–
Salários a pagar	–
Encargos sociais a pagar	–
Passivos com operações descontinuadas	–
Resultado do exercício	**31/12/2018**
Receitas operacional	
Repasses de contratos de gestão e convênio	3.360.928
Receita total	**3.360.928**
Despesas operacionais	
Despesas com pessoal	(1.950.880)
Despesas gerais	(326.263)
Despesas financeiras	–
Despesa total	**(2.277.143)**
Superávit do exercício antes do resultado com operação descontinuada	**1.083.786**

2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis da Entidade para os exercícios findos em 31/12/2018 e 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/12 e aos demais Pronunciamentos Contábeis quando aplicáveis a Associação. A Entidade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31/12/2018. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A autorização pela Administração, para a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis, ocorreu em 04 /04/2019. **3. Políticas contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações contábeis são descritas a seguir: **a) Apuração do resultado - receitas e despesas:** As receitas oriundas de doações e subvenções são registradas conforme determina a Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/12, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência. **b) Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação são: a) vida útil de ativo imobilizado e intangível, b) mensuração de instrumentos financeiros; e c) análise dos riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata (sendo equivalentes de caixa todas as contas bancárias e aplicações financeiras com resgates automáticos) e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **d) Recursos a receber:** Os recursos a receber referem-se aos direitos a receber pela prestação de serviços na área da saúde e são reconhecidas mediante documento hábil disponível. **e) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os valores referentes a passivos com fornecedores e aos encargos sociais e trabalhistas encontram-se demonstrados pelos seus valores originais. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **f) Imobilizado - Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, tanto próprios como os de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverte ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. - **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação do exercício de 2018 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2017. A vida útil-econômica estimada para o exercício corrente e comparativo foram consideradas conforme taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 8, estando sujeitos à análise sobre sua recuperabilidade. **g) Provisão por redução ao valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **h) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais. **I) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os Artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/1999, e o Artigo 195 da Constituição Federal. **j) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRPF) sobre aplicações financeiras:** Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável estão sendo recebidos pela Entidade sem a retenção de IRRF, de acordo com o Artigo 12, Parágrafo 2º letras "d", "e", "g" e "h" e Parágrafo 3º da Lei nº 9.532/97. **k) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas. **l) Programa de Integração Social (PIS):** Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento do PIS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas. **m) Provisões para demandas judiciais e administrativas:** A Entidade reconhece provisão para demandas judiciais e administrativas de natureza cível, trabalhista e tributária. A avaliação da probabilidade de perda inclui em evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **n) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Entidade não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **o) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. **p) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **q) Demonstração do resultado abrangente:** As demonstrações do resultado abrangente foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **r) Novos pronunciamentos e normas publicadas:** A Entidade adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2018. Não existem outras normas e interpretações emitidas até a data destas demonstrações contábeis. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º/01/2018, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em períodos anteriores: • IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge, e avaliação da perda esperada. • IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Norma emitida, vigente a partir de 1º/01/2019: • IFRS 16/CPC 6 - Arrendamento mercantil: Estabelece o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1/01/2019) e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme único modelo, similar a contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários: arrendamentos de atividades de "baixo valor" e arrendamentos de curto prazo. A Entidade possui baixo volume com contratos de arrendamentos e cujos valores não são representativos, assim não há impactos significativos nas demonstrações contábeis. • ICPC 22 - IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda: essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º/01/2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A Entidade está em processo de avaliação das incertezas e no momento não vislumbra impactos significativos. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Associação, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. A apresentação desses saldos é como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	370.703	47.135
CDBs (a)	96.004.700	–
Fundos de investimento (b)	26.171.562	75.435.651
	122.546.965	**75.482.786**

a) Referem-se a operações de renda fixa junto à instituição financeira por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDBs), indexados à taxa de 40% no ano de 2018 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata; b) Referem-se a aplicações financeiras automáticas em quotas de fundos de investimentos (não exclusivos) no qual são registrados pelo seu valor de realização, obtido pelo valor da última posição de investimentos. Os fundos de investimentos possuem aplicações diversificadas, os principais são operações compromissadas atreladas à SELIC e títulos públicos atrelados a 102,1% CDI, com liquidez imediata. **5. Recursos a receber:** Recursos a receber consistem em valores a receber em virtude dos convênios/contratos celebrados com a administração pública, em que a Entidade executou serviços no montante de R$ 67.936.413 (R$ 18.784.700 em 2017). Em 31/12/2018 não havia de repasses vencidos (R$ 1.958.834 em 2017).

Projetos	31/12/2018	31/12/2017
R018/2015 - Rede Assist. da STS Freguesia do Ó/ Brasilândia e Casa Verde/Cachoeirinha	22.076.135	5.323.614
R002/2014 - Rede Assist. da STS Capela do Socorro	18.462.108	4.643.552
R007/2015 - Rede Assist. da STS Lapa/Pinheiros	10.670.775	2.382.819
R001/2014 - Rede Assist. da STS Parelheiros	9.380.327	2.218.799
R016/2015 - Rede Assist. da STS Lapa/Pinheiros	2.035.743	486.485
PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo - Gestão	**62.625.089**	**15.055.269**
Saúde Assist. Básica de Araçatuba	4.331.907	1.770.597
Prefeitura Municipal de Araçatuba	**4.331.907**	**1.770.597**
Centro de Atenção Psicossocial Alvorecer	371.410	742.820
Centro de Atenção Psicossocial Projeto Tear de Trabalho e Renda	139.594	279.188
Centro de Atenção Psicossocial SRT	32.082	64.164
Centro de Atenção Psicossocial Arco Íris	230.172	460.344
Centro de Atenção Psicossocial Recriar	206.159	412.318
Prefeitura Municipal de Guarulhos	**979.417**	**1.958.834**
Outros		**–**
Total Geral	**67.936.413**	**18.784.700**

6. Adiantamentos:	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Adiantamento a fornecedores	4.631.613	3.084.684
Adiantamento de férias	7.851.663	2.321.694
Adiant. de 13 Sal.	2.758.006	–
	15.241.283	**5.406.377**

7. Depósitos judiciais: 7.1 Composição:	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Depósitos judiciais - INSS	17.282.480	93.709.778
Depósitos judiciais - PIS	33.303.478	26.305.158
Outros depósitos	18.543	–
	50.604.501	**120.014.936**

a) A Entidade efetuou a partir de maio de 2012, depósitos judiciais relativos ao PIS equivalente à 1% (um por cento) sobre a folha de salário dos funcionários, relativo ao processo nº 0007392-82.2012.4.03.6100. Este processo visa obter imunidade da Entidade em relação à exigibilidade do tributo. Vide nota explicativa 12. **b)** Em 2002 a ASF obteve a certificação CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, onde garante a isenção do pagamento da contribuição ao INSS, relativo a quota patronal e SAT/Terceiros por período determinado. A certificação CEBAS tem validade para 3 anos e desde 2002, vem sendo renovada, regularmente, até a data atual. Buscando um objetivo maior, no ano de 2005, a ASF iniciou processo judicial, pleiteando Imunidade tributária, e para assegurar as discussões a respeito e maiores argumentos na defesa da imunidade, mantivemos a realização de depósitos judiciais no período de 2005 a 2009, momento esse que o TRF por unanimidade, reconheceu o pedido da imunidade pleiteado pela ASF, cessando assim futuros depósitos judiciais. Este processo encontra-se em fase de julgamento do recurso extraordinário, encontrando-se sobrestado ao RE 566.622 - STF. No parecer do advogado responsável, a possibilidade de êxito da ação é provável, não havendo justificativa para as provisões no passivo não circulante.

7.2. Movimentações dos depósitos judiciais:	**PIS**	**INSS**	**Total**
Saldo em 01/01/2017	**19.497.556**	**89.214.543**	**108.712.099**
Depósito judicial	5.066.635	–	5.066.635
Atualização financeira	1.740.967	4.495.235	6.236.202
Saldo em 31/12/2017	**26.305.158**	**93.709.778**	**120.014.936**
Depósito judicial	5.371.451	–	5.371.451
Resgate judicial	–	(77.050.416)	(77.050.416)
Atualização financeira	1.626.870	623.117	2.249.987
Saldo em 31/12/2018	**33.303.478**	**17.282.480**	**50.585.958**

8. Imobilizado:

	Imóveis	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total bens próprios	Equipamentos bens públicos	Total imobilizado
Saldo em 31/12/2016	**429.568**	**53.083**	**211.293**	**655.824**	**1.822.733**	**10.372.194**	**12.194.927**
Adições	–	–	27.591	63.573	91.164	271.048	362.212
Transferências	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2017	**429.568**	**53.083**	**238.884**	**719.397**	**1.913.897**	**10.643.242**	**12.557.139**
Adições	–	49.900	202.800	214.264	466.964	104.926	571.890
Transferências	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2018	**429.568**	**102.983**	**441.684**	**933.661**	**2.380.861**	**10.748.168**	**13.129.029**
Taxa de depreciação	4%	20%	10%	10%			
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2016	**(136.010)**	**(5.308)**	**(137.620)**	**(451.368)**	**(730.306)**	**(5.216.641)**	**(5.946.947)**
Adições	(17.183)	(10.617)	(22.977)	(54.757)	(105.534)	(991.517)	(1.097.051)
Transferências	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2017	**(153.193)**	**(15.925)**	**(160.597)**	**(506.125)**	**(835.840)**	**(6.208.158)**	**(7.043.998)**
Adições	(17.183)	(13.112)	(223.573)	(241.351)	(495.218)	(943.726)	(1.438.945)
Transferências	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2018	**(170.376)**	**(29.037)**	**(384.170)**	**(747.476)**	**(1.331.058)**	**(7.151.884)**	**(8.482.943)**
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2016	293.558	47.775	73.673	204.456	619.462	5.155.553	5.775.015
Saldo em 31/12/2017	276.375	37.158	78.287	213.272	605.092	4.435.084	5.040.176
Saldo em 31/12/2018	259.192	73.946	57.514	186.185	576.838	3.596.284	4.173.121

Equipamentos de projetos referem-se a equipamentos de terceiros (governo) em que a Entidade transfere o imobilizado para o governo, mediante a aprovação por parte do governo.

Equipamentos de projetos referem-se a equipamentos de terceiros (governo) em que a Entidade transfere o imobilizado para o governo, mediante a aprovação por parte do governo. **9. Intangível:** É representado principalmente pelos custos de aquisição de software de gestão financeira (SAP ERP 6.0 - EHP7), acrescidos de custos diretamente relacionados à implantação.

	Software		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Saldo em 31/12/2015	**1.284.629**	**(299.397)**	**985.232**
Adições	212.960	(280.054)	(67.094)
Saldo em 31/12/2016	**1.497.589**	**(579.451)**	**918.138**
Adições	–	(300.663)	(300.663)
Saldo em 31/12/2017	**1.497.589**	**(880.114)**	**617.475**
Adições	4.800	(300.622)	(295.821)
Saldo em 31/12/2018	**1.502.389**	**(1.180.736)**	**321.654**
Taxa de Amortização	20%		

10. Salários a pagar:	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Salários a pagar	30.981.173	26.512.917
Provisão de férias e 1/3 de férias	52.538.545	51.111.681
Férias a pagar	(1.807)	–
Provisão de férias e 1/3 de férias	–	–
13º Salário a pagar	–	–
Contr. sindicais a pagar	65.693	50.857
Farmácia a pagar	–	54.674
Empréstimo a pagar	2.079.286	2.042.422
Assist. Médica a pagar	–	13.751
Assist. Odonto a pagar	73.846	70.399
	85.736.735	**79.856.702**

11. Encargos sociais a pagar:	**31/12/2018**	**31/12/2017**
FGTS a recolher	3.812.310	4.733.596
INSS a recolher	3.291.555	2.397.869
IRRF s/recolher	163.063	11.615
IRRF s/salários a recolher	10.539.425	9.137.189
ISS a recolher	109.644	49.142
Outros	326.846	274.678
PIS s/folha a rec.	491.534	616.918
	18.734.376	**17.221.007**

12. Provisão para riscos fiscais e demandas judiciais:	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Provisão para riscos fiscais	33.303.478	26.305.158
Provisão para demandas judiciais	24.407.207	11.393.657
	57.710.685	**37.698.815**

a) Provisão sobre riscos fiscais: Trata-se de ação ordinária, com objetivo de se ver **Declarada** a Imunidade da Associação, pertinente ao PIS sobre a folha de salários. Em suma, requereu a Entidade provimento que determine à ré (União) que se abstenha de exigir a entrega das obrigações acessórias, relativas ao recolhimento do PIS sobre a folha mensal, expedindo a certidão de regularidade fiscal. Alternativamente, requereu autorização para efetuar depósitos judiciais relativos às contribuições ao PIS sobre a folha de salários, suspendendo-se a exigibilidade do crédito tributário, na forma do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional. Diante do fato da antecipação de tutela ter sido indeferida e os valores depositados judicialmente mensalmente para certidão de regularidade fiscal, entendemos que devemos manter tais provisões da obrigação no passivo das demonstrações contábeis. Abaixo a movimentação:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	**26.305.158**	**19.497.556**
Depósito judicial	5.371.451	5.066.635
Atualização financeira	1.626.870	1.740.967
Saldo final	**33.303.478**	**26.305.158**

b) Provisão sobre demandas judiciais: A Entidade, assim como outras operando no país, está sujeita a questionamentos de natureza fiscal, trabalhista e cível no curso normal de suas operações. As contingências conhecidas são periodicamente analisadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza dos processos e a experiência histórica em decisões semelhantes, tendo sido constituída provisão para fazer frente às seguintes prováveis perdas para os processos em andamento:

	31/12/2018	31/12/2017
Contingências trabalhistas	24.407.207	11.393.657
	24.407.207	**11.393.657**

A seguir, a movimentação da provisão para contingências no exercício findo em 31/12/2018:

	Trabalhistas
Saldos em 31/12/2016	9.647.200
Adições	1.746.457
Saldos em 31/12/2017	**11.393.657**
Adições	**13.013.550**
Saldos em 31/12/2016	**24.407.207**

A Administração da Entidade avalia periodicamente, em conjunto com seus assessores jurídicos, os riscos envolvidos e entende que os montantes provisionados a título destas provisões em 31/12/2018 e 2017 são considerados suficientes. Os processos trabalhistas em sua maior centralização estão relacionados a solicitações de reconhecimentos de horas extras, adicional de insalubridade e seus respectivos reflexos. Há ainda outras causas trabalhistas (relacionados a pedidos de horas extras, descanso semanal remunerado, dentre outros temas relacionados de ex-funcionários) em andamento, no montante aproximado de R$ 452.588 e R$ 313.681, para as quais os riscos de perdas foram considerados como possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade. **13. Patrimônio social:** O patrimônio líquido é constituído por dotações acrescido dos superávits e subtraído os déficits acumulados desde a constituição da Entidade.

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio Social	84.410.762	77.263.230
Superávit (Déficit) do exercício	8.613.231	7.147.532
	93.023.993	**84.410.762**

14. Resultado por unidade:

2018	Matriz	Capela	Lapa	Parelheiros	Araçatuba	Clínica	Norte	Pinheiros	Consolidado
Receitas Operacionais									
Receita Contrato de Gestão e Convênio	15.211.875	224.396.118	116.894.039	115.657.234	23.432.442	–	266.568.771	22.762.810	784.923.289
Descontos dos contratos de Gestão e convênios	–	(4.591.333)	(1.036.264)	(3.019.909)	–	–	(3.554.361)	(113.276)	(12.315.143)
Repasse Contrato de Gestão e Convênio	**15.211.875**	**219.804.785**	**115.857.775**	**112.637.325**	**23.432.442**	**–**	**263.014.410**	**22.649.534**	**772.608.146**
Receitas financeiras	7.211.468	474.057	152.614	271.401	40.473	–	431.238	32.265	8.613.516
Outras receitas	2.179.305	111	3.952	3.796	100	–	6.197	–	2.193.461
Gratuidades Concedidas (Repasse Matriz)	–	–	–	–	–	722.300	–	–	722.300
Repasse utilizado para aquisição de Imobilizado	635.085	97.649	7.309	67.669	24.414	–	5.518	1.154	838.798
Subvenções Governamentais	1.700.084	29.881.578	14.477.185	15.241.660	3.234.099	83.046	35.798.513	3.086.685	103.502.850
	26.937.817	**250.258.180**	**130.498.835**	**128.221.851**	**26.731.528**	**805.346**	**299.255.876**	**25.769.638**	**888.479.071**
Despesas Operacionais									
Despesas com Pessoal	**(11.167.144)**	**(186.367.692)**	**(92.982.023)**	**(95.460.451)**	**(20.245.721)**	**(541.711)**	**(224.173.057)**	**(19.335.387)**	**(650.273.186)**
Despesas com salários	(7.996.265)	(129.410.894)	(65.215.747)	(66.958.000)	(13.988.517)	(350.853)	(155.079.490)	(13.380.684)	(452.380.450)
Despesas com encargos	(1.365.116)	(14.587.672)	(7.787.010)	(8.106.638)	(1.538.428)	(36.588)	(18.344.353)	(1.528.748)	(53.294.553)
Despesas com benefícios	(1.003.933)	(14.690.377)	(6.065.339)	(6.841.664)	(1.759.158)	(65.094)	(17.964.427)	(1.676.112)	(50.066.104)
Provisão de férias, 13º e encargos	(801.830)	(27.678.749)	(13.913.927)	(13.554.149)	(2.959.618)	(89.176)	(32.784.787)	(2.749.843)	(94.532.079)
Despesas Gerais	**(25.779.543)**	**(24.625.557)**	**(21.325.644)**	**(13.792.898)**	**(901.328)**	**(179.145)**	**(33.094.780)**	**(3.109.630)**	**(122.808.525)**
Despesas de materiais	(474.508)	(3.224.883)	(2.649.760)	(1.931.513)	(376.941)	(3.580)	(3.350.140)	(170.831)	(12.182.156)
Despesas de serviços	(24.465.160)	(20.595.388)	(17.259.961)	(11.251.141)	(494.036)	(163.405)	(28.931.447)	(2.706.298)	(105.866.836)
Despesas atendimentos gratuitos (Custeados pela Matriz)	(722.300)	–	–	–	–	–	–	–	(722.300)
Despesas com Utilidades	(117.575)	(805.286)	(1.415.923)	(610.244)	(30.351)	(12.160)	(813.193)	(232.501)	(4.037.233)
Despesas financeiras	**(1.519.814)**	**(3.422)**	**(2.539)**	**(3.382)**	**(2.307)**	**(1.434)**	**(7.818)**	**(995)**	**(1.541.711)**
Despesas com depreciação e amortização	**(795.832)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(10)**	**–**	**–**	**(795.842)**
Despesa com depreciação bens públicos	**(637.311)**	**(200.350)**	**(7.309)**	**(67.669)**	**(24.414)**	**–**	**(5.518)**	**(1.154)**	**(943.725)**
Isenção	**(1.700.084)**	**(29.881.578)**	**(14.477.185)**	**(15.241.660)**	**(3.234.099)**	**(83.046)**	**(35.798.513)**	**(3.086.685)**	**(103.502.850)**
	(41.599.728)	**(241.078.599)**	**(128.794.700)**	**(124.566.060)**	**(24.407.869)**	**(805.346)**	**(293.079.686)**	**(25.533.851)**	**(879.865.839)**
Superávit (Déficit) do Exercício	**(14.661.911)**	**9.179.581**	**1.704.135**	**3.655.791**	**2.323.659**	**–**	**6.176.190**	**235.787**	**8.613.232**

15. Receitas operacionais: As receitas operacionais recebidas diretamente pela Associação são oriundas basicamente de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou Entidades públicas.

	31/12/2018	31/12/2017
R002/2014 - Rede Assist. da SRT Capela do Socorro	224.396.118	198.120.233
R001/2014 - Rede Assist. da STS Parelheiros	115.657.234	101.826.124
R007/2015 - Rede Assist. da STS Lapa	116.894.039	102.666.622
R016/2015 - Rede Assist. da STS Pinheiros	22.762.810	21.374.277
R018/2015 - Rede Assist. da STS Freguesia do Ó/ Brasilândia e Casa Verde/Cachoeirinha	266.568.771	236.369.093
PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo - Convênio	**746.278.972**	**660.356.349**
Saúde Assist. Básica de Araçatuba	23.432.442	20.843.045
Prefeitura Municipal de Araçatuba	**23.432.442**	**20.843.045**
CAPS - Centro de Assistência Psicossocial	11.850.947	11.797.284
Prefeitura Municipal de Guarulhos	**11.850.947**	**11.797.284**
	(12.315.143)	(6.526.840)
Glosas (–)	**(12.315.143)**	**(6.526.840)**
Total Geral	**769.247.218**	**686.469.838**

Nossos contratos de gestão junto com as Secretarias Municipais de Saúde possuem metas e indicadores para nosso atendimento, sendo Qualidade/Quantidade e Equipe mínima, caso não cumprimos somos glosados, fato que não ocorreu em 2018.Para os descontos não relativos a equipes mínimas, há necessidade de uma tramitação entre as supervisões técnicas e coordenadorias das Secretarias Municipais de Saúde, com reuniões junto aos parceiros para discutir a produção e metas qualitativas. Fato que ocorreu em 2018. Em 2018, houve descontos somente de equipe mínima, no montante de R$ 12.315.143,00, sendo R$ 2.611.563,69 referente a 2017 impactando no exercício de 2018. No exercício de 2018, foi provisionado o montante de R$ 2.249.203,08 referente a desconto de equipe mínima não processado dentro do exercício. **16. Despesas com pessoal:** As principais despesas da Associação referem-se ao pagamento de salários e seus encargos e serviços de terceiros, relacionados aos projetos existentes, a seguir demonstramos a composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Salário	(442.678.849)	(418.829.185)
Férias	(49.553.604)	(55.924.878)
Encargos	(52.580.484)	(46.775.219)
Benefícios	(49.774.178)	(40.817.289)
13º salário	(45.409.140)	(40.704.332)
Autônomo	(2.242.417)	(1.929.663)
Rescisão	(4.032.610)	(1.083.763)
Outros	(2.051.026)	(2.148.512)
	(648.322.307)	**(608.212.841)**

17. Despesas gerais

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com serviços	(106.267.913)	(61.857.819)
Despesas com materiais	(12.177.118)	(11.414.615)
Outros	(4.037.233)	(3.936.460)
	(122.482.264)	**(77.208.894)**

18. Subvenções governamentais (Isenções usufruídas): Demonstramos o valor da isenção previdenciária, como se fosse gozada no exercício de 2018 e 2017, conforme Artigo 1º, da Lei nº 12.101/09:

	31/12/2018	31/12/2017
Isenção usufruída (INSS Cota Patronal)	103.502.849	113.280.162

A Associação goza ainda de benefício fiscal referente à PIS, COFINS e ISS conforme as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03, apresentados pelo resultado líquido de zero, entre as despesas incorridas como se obrigações fossem e os subsídios recebidos. Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2018 e 2017 caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real), em função de sua natureza de Entidade filantrópica. A composição é conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
PIS, COFINS e CSLl (1%, 0,65% e 3,0% s/receitas)	35.769.996	32.475.641
ISS (5% s/receitas)	38.462.361	34.920.044
IRPJ e CSLL (34% s/Superávit do exercício)	2.928.499	2.430.161
	77.160.856	**69.825.846**

A Associação goza de isenção da cobrança de aluguel das unidades que faz a gestão, estas unidades são de poder do Ente Público, demonstramos abaixo o valor da isenção:

	31/12/2018	31/12/2017
Imunidade de aluguéis	2.387.834	2.220.002

19. Cobertura de seguros:

Ramo	Principais coberturas	Cobertura máxima 2018
Multirrisco patrimonial	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubo, equipamentos eletrônicos, equipamentos móveis, pagamento de aluguel, equipamentos cinematográficos, equipamentos estacionários, roubo de valores e outros.	**68.711.452**

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. **20. Compromissos aluguéis:** A Entidade mantém contratos de aluguel de imóveis para a prestação dos seus serviços, perfazendo um montante mensal total de, aproximadamente, R$550.583 em 2018 (R$472.011 em 2017). Os contratos têm vencimento entre 2019 e 2021 e, em sua maioria, têm índice de reajuste anual com base na variação do IGPM. Seguem os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos:

Ano	Valores (R$)
2.019	6.607.008
2.020	7.267.708
2.021	7.994.479
2.022	8.793.927
2.023	9.673.320
	40.336.442

21. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros utilizados pela Associação restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. A Associação não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **21.1 Categorias de instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2018 e 2017, controlado e consolidado, estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

		31/12/2018		31/12/2017	
Ativos financeiros	**Categoria**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	122.546.965	122.546.965	75.482.786	75.482.786
Recursos a receber	Empréstimos e recebíveis	67.936.413	67.936.413	18.784.700	18.784.700
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	870.824	870.824	1.325.715	1.325.715

A estimativa do valor justo pressupõe que os saldos de recursos a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. E os saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa já são mensurados a valor justo. Valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis: **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2:** inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); **Nível 3:** inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Associação avalia que o valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia de avaliação. A Associação não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3. **21.2. Análise da sensibilidade de caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras):** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras (fundos de investimentos com liquidez imediata) ao qual a Entidade estava exposta na data-base de 31/12/2018 e 2017, foram definidos três cenários diferentes. Para 31/12/2018, com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média será de 6,75% para o ano de 2019 e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de -25% e -50% para as aplicações financeiras (caixas e equivalentes de caixa), conforme a seguir:

			Cenário		
Operação	**Risco**	**Valor base**	**Provável**	**Possível**	**Remoto**
Aplicações financeiras (*)	CDI	122.546.965	8.271.920	6.203.940	4.135.960

(*) Saldos em 31/12/2018 aplicados em CDI, vide nota explicativa nº 4. **22. Trabalho não remunerado:** A Associação não remunera, por nenhuma forma, seus dirigentes, conselho de administração e conselho fiscal pelos serviços prestados. Demonstramos abaixo o valor do trabalho não remunerado/voluntário:

Cargo	Horas trabalhadas ano/hora	Quantidade	Valor do trabalho não remunerado voluntário
Diretor-Presidente	120 horas por R$ 200,00	1	24.000,00
Diretor Administrativo Financeiro	120 horas por R$ 200,00	1	24.000,00
Diretor Institucional	60 horas por R$ 200,00	1	12.000,00
Membros do Conselho de Administração	60 horas por R$ 200,00	9	108.000,00
Membros do Conselho Fiscal	60 horas por R$ 200,00	3	21.600,00
Suplente Conselho Fiscal - Vago	vago	vago	–
			189.600,00

23. Atendimentos assistenciais (informações não auditadas): A Associação, no cumprimento de seu papel estatutário e assistencial na promoção da saúde, de forma inteiramente gratuita atendeu aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, na sua clínica instalada na Rua Francisco Iasi nº 94. No exercício findo em 31/12/2018, foram atendidos 7.400 (sete mil e quatrocentos) pacientes de forma totalmente gratuita pelos profissionais da Associação, resultando em um aumento de 20% se comparado com o ano de 2017 onde os atendimentos gratuitos corresponderam a um total de 6.167 (seis mil cento e sessenta e sete) pacientes sendo que no ano de 2016 os atendimentos corresponderam a 3.035 (três mil e trinta e cinco) pacientes, conforme informações extraídas da "CIHA - Comunicação de informação hospitalar e ambulatorial" protocolada mensalmente na Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo - SMS-SP. Registre-se que serviços de promoção da saúde efetivados pela Associação foram ofertados, reconhecidos e atestados pelo Gestor Local do SUS.

Diretoria

Dr. Nelson Ibañez - Diretor Presidente

Shirleyde Botelho - Contadora - CRC 1SP273362/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros e Administradores da Associação Saúde da Família - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Saúde da Família ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Saúde da Família ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Saúde da Família em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 22/03/2019. **BDO RCS Auditores Independentes SS -** CRC 2 SP 013846/O-1. **Robinson Meira -** Contador - CRC 1 SP244496/O-5.

Conselho Fiscal e Administrativo

No dia 09/04/2019 na Reunião de Conselhos, foram apreciados e aprovados por unanimidade, pelos Conselhos Fiscal e Administrativo, o balanço patrimonial; as demonstrações contábeis e financeiras e as contas anuais, atos ratificados na Assembleia Geral Ordinária, ocorrida na mesma data.